

Opinião Pública e Políticas Públicas

Professor Catedrático da Universidade Lusófona
Professor de Ciência Política, Gestão Pública e Políticas Públicas

Introdução

Antes de estudar a relação entre a opinião pública e as políticas públicas, torna-se necessário definir com rigor estes dois conceitos que fazem parte da Ciência Política, de matriz americana (Truman, 1951).

1. Opinião Pública

Segundo o autor citado, a opinião pública refere-se a atitudes das pessoas relativamente a um assunto, enquanto membros de um grupo social.

Este conceito implica a existência de um assunto que agrada a uns e desagrada a outros, portanto, que seja controverso (exemplo, a emigração, o aborto, a eutanásia, a pena de morte, a descentralização) e que, portanto, suponha um conflito. Em segundo lugar, que haja um grupo de pessoas preocupadas com esse assunto (por exemplo a associação pró-vida que se bate pela proibição do aborto). Em terceiro lugar, que esse grupo de pessoas tenham um conjunto de crenças e valores que determinam a defesa de uma dada solução para o problema. O quarto elemento implica que esse conjunto de crenças e valores seja expresso publicamente. Se essa opinião é interna não é opinião pública, sendo certo que pode influenciar o sentido de voto. Finalmente, a opinião pública supõe um conjunto de aderentes, cujo

número pode não ser especialmente importante, em ordem a influenciar o poder político. Em muitos casos, estão organizados em associações, em outros casos, constituem grupos *ad-hoc* que dispersam quando o assunto perde a visibilidade e o interesse.

Um ponto importante no estudo da opinião pública reporta-se ao processo de formação. Assim, numa abordagem racionalista, as opiniões são deduzidas de fatos, ou doutrinas. Por exemplo, a Igreja Católica é contra o aborto porque entende que essa prática é proibida pela Bíblia e pelo pensamento da Igreja.

Em outros casos, as opiniões são deduzidas de tradições culturais e sociológicas. As pessoas que vivem no centro das cidades estão mais abertas aos temas da segurança e defendem políticas de controlo. Em boa verdade, a opinião pública sobre determinados assuntos resulta de diversos fatores: religiosos, familiares, de residência e de educação.

Mas, como se processa a dinâmica da opinião pública, ou, por outras palavras, como é que um conjunto de pessoas são motivadas na solução de um problema? Através da comunicação social que homogeneizar os pontos de vista e torna a mensagem mais eficaz. O processo de reforço da mensagem faz-se do centro para fora (Fig. 1).

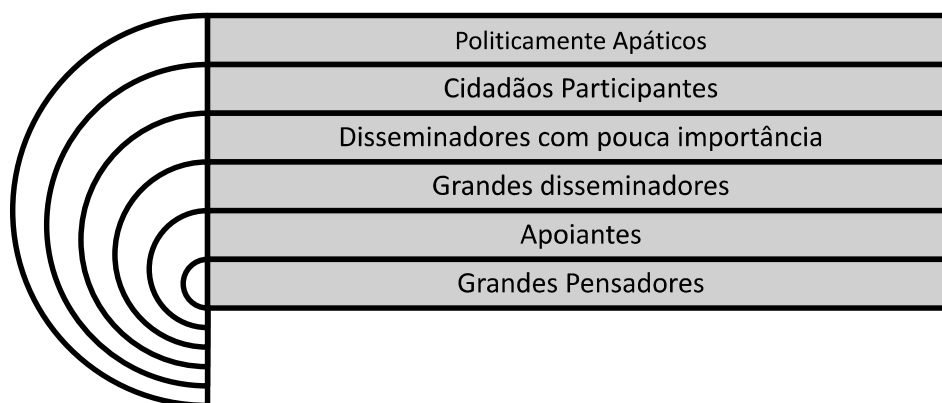


Figura 1: Dinâmica da Opinião Pública

Fonte: a partir de Hennessy (1966): 268

Os mass media (Imprensa, Rádio, Televisão) têm uma importância determinante na difusão e reforço da opinião pública.

Atualmente as redes sociais ganharam especial relevo na tarefa de disseminar a opinião pública e a agregação de pessoas relativamente a determinados assuntos (Lifan Zhang, 2018). Não se podendo verificar a autenticidade da notícia podem difundir-se rumores e “*fake news*” que afetam o processo da formação da opinião pública.

As redes sociais são usadas de forma extensiva em campanhas de referendos (Ver Brexit) e em processos eleitorais como o de Trump. É certo que as redes sociais foram, pela primeira vez, usadas nas segundas eleições de Obama em 2012. Só que, nos dois casos citados o uso deste instrumento foi precedido pelo estudo prévio do perfil dos eleitores, o que permitiu ajustar as notícias ao gosto dos eleitores, segundo o que desejavam e esperavam. Na construção da agenda eleitoral joga-se com preconceitos e desinformação dos eleitores como aconteceu no Brexit (Stephen Yan, 2018), mas o processo é semelhante ao usado na eleição de Trump (Wendy Hall e outros, 2018).

Não é esta, porém, a nossa preocupação imediata. O nosso objetivo consiste em estudar a relação entre a opinião pública e as políticas públicas.

Políticas Públicas

As políticas públicas são decisões do poder político em resposta a pressões exteriores ao Estado. Este é visto como uma caixa negra em que as solicitações exteriores se convertem em decisões (Rocha, 2010).

Estas decisões podem tomar a forma de leis, de programas, ou outras decisões do poder político. Quando as decisões de políticas públicas tomam o formato de leis, devem ser enquadradas constitucionalmente. De outro modo, são consideradas ilegítimas. Em suma, as políticas públicas estão associadas ao conceito de Estado, podendo dizer-se que não existem sem Estado.

Mas isto significa que a sua amplitude e configuração depende do tipo de Estado. Assim, no Estado liberal o Estado abstinha-se de definir políticas, mas já no Estado social, este assumiu funções variadas, de carácter social. Com o Estado gestor, este demite-se, em parte, das suas funções de ordem social, entregando a sua implementação a entidades públicas independentes (institutos públicos, empresas públicas, ou agências, na

nomenclatura inglesa). Neste modelo, o Estado não presta diretamente serviços.

Esta situação alterou-se com um novo modelo de Estado (Governança em rede) em que este ressume as funções de coordenação. A definição das políticas é o resultado de vários atores, estando o Estado no centro do sistema e sendo o ator principal (Colebatch, 20005).

Assim, a configuração das políticas públicas obedece a um processo que sofre as influências do tipo de Estado, mas também do modelo de democracia: modelo Madisoniano, ou pluralista (Dahl, 1956); modelo de Westminster, ou da regra da maioria (Lijphart, 1999); e da democracia consensual (Daadler, 1974). Depende ainda do sistema eleitoral: se baseado na regra da maioria, ou de representação proporcional (Ferland, 2020) .

Quanto ao processo de desenvolvimento das políticas públicas, este obedece a várias fases (Sabatier,1999): Formação e construção da agenda; decisão; formulação e legitimação; implementação; avaliação do Impacto.

Mas, na verdade, o que importa na análise da relação entre opinião pública e políticas públicas é a primeira fase, ou formação e construção da agenda política. Sendo que na fase de implementação pode ser importante porque pode alterar-se o apoio da opinião pública e o suporte da maioria pode flutuar (Knoepfel, 2018). O autor dá o exemplo da proibição de estacionar em determinadas zonas da cidade. A opinião pode ser favorável no início, mas acontece mudar aquando da implementação. Além de que a implementação é efetuada pela Administração Pública, a qual nem sempre concorda com a opinião dos políticos e tem a sua própria agenda (Bardach, 1977).

2. Formação das Políticas Públicas e constituição da Agenda

O processo de formação das políticas consiste na entrada de um problema (“issue”) na agenda política, o qual obriga o poder político a tomar uma posição, definindo uma política.

Nem sempre a constituição da agenda é uma questão simples e, por isso, existem várias teorias explicativas.

Abordagem Tradicional

Nesta concepção, o processo de formação de uma política é racional e lógico:

- Emergência do problema
- Formulação de um problema
- Implementação de um plano.

Na formulação da decisão tem que ter-se em conta a alternativa que pertence à agenda partidária. Portanto, a solução do problema segue a lógica do programa do governo. Neste modelo os meios de informação são considerados neutros; além disso, os eleitores movem-se por motivos racionais; não estão associados em grupos; e os resultados eleitorais refletem as escolhas racionais dos eleitores.

Trata-se de um esquema mental que pode ser deduzido da democracia representativa que informa a cultura política dominante.

Pluralismo e construção da agenda

Neste modelo, a agenda política resulta da competição entre os grupos (Truman, 1951) que articulam interesses, isto é, procedem à modelização dos mesmos, de modo a torná-los aceitáveis pelo poder político, e agregam os mesmos interesses, convertendo os problemas públicos em alternativas de soluções políticas. Esta atividade pertence aos partidos políticos e grupos de interesses.

O pluralismo na formação das políticas foi objeto de críticas, já que o governo tem o poder de evitar o conflito antes de começar. Por outro lado, as regras às quais obedecem os grupos de pressão são estruturadas pelos políticos.

E, por isso, foi reformulado por Cobb e Elder (1983) que abordam a dinâmica da formação da agenda.

Segundo os autores, para que determinado facto entre na agenda política, é necessário que transforme num “issue”, isto é, num fato político

controverso em que haja um conflito de interesses que justifique a intervenção do poder político.

Torna-se necessário criar um conflito à volta de um problema; e para que o conflito integre a agenda, importa que seja controverso e ambíguo; que a situação tenha um significado social; que tenha relevância social; e que se expanda.

Em resposta à expansão do conflito, o poder político tem várias estratégias de refreamento:

- Desacreditar, ou cooptar os líderes.
- Aceitar apenas parte das reivindicações.
- Nomear uma comissão de inquérito, adiando o processo de decisão.

Em conclusão, o processo é bem mais complexo, já que são as autoridades públicas que modelam as necessidades. É a chamada ilusão natalista, segundo Meny e Thonig (1993). O processo político é como o mercado, mas só se procura o que é produzido.

Opinião Pública e Construção da Agenda

Para alguns autores existe umnexo de causalidade entre os mass media e a formação das políticas públicas. Este modelo concebe o governo como uma caixa negra de processamento das opiniões dos cidadãos, agregadas pelos mass media que as transformam em propostas políticas coerentes.

Downs (1972) melhora este modelo, rejeitando uma relação linear. O tema surge, atinge o auge da atenção pública e, mesmo não resolvido, desaparece gradualmente (Fig. 2). O modelo de Downs teve grande aceitação, designadamente na área das Relações Internacionais (Petersen, 2010) e nos estudos da Comunicação Social (McDonald, 2009).

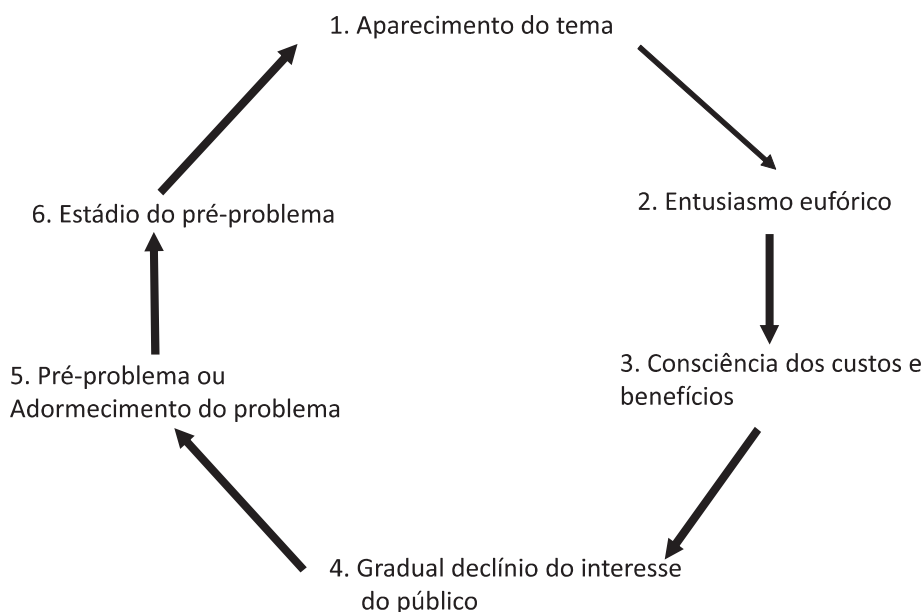


Figura 2. Ciclo de Atenção às Questões
 Fonte: Feito a partir da teoria de Downs (1957)

Todavia, a posição mais recente é a que vê a formação das políticas públicas como o resultado de uma dialética entre o poder político e a opinião pública, já que, em muitos casos, o governo toma a iniciativa do processo. Os governos não são neutros no processo e procuram moldar a opinião pública, usando gabinetes de imprensa, assessores de imagem, ligações às redações dos jornais e de outros meios de comunicação social.

Klijn e Koppenjan (2000) defendem, como corolário da teoria dos networks, que o processo de decisão política depende da preparação do envolvimento dos cidadãos, grupos de interesses, organizações privadas e públicas. Este envolvimento reforça a legitimidade democrática das decisões que denominam de interativas, as quais são diferentes das institucionalizadas. Não se trata de envolver os atores “ex post”, depois de uma proposta de política.

Trata-se de um processo complexo que supõe, em primeiro lugar, a identificação de um problema, seguida da seleção das alternativas mais adequadas. Várias técnicas podem ser usadas, como sejam workshops de especialistas, painéis de discussão, testes de suporte social à posição encontrada.

O papel dos políticos torna-se complicado neste processo porque sempre querem impor a sua solução e tirar partido eleitoral da política adotada. O processo de decisão interativa representa uma diferente visão da democracia (Quadro 1).

Quadro 1: Duas visões da Democracia

	Visão Instrumental	Visão Substantiva
Imagem da democracia	Democracia Representativa	Democracia direta
Visão da democracia	A democracia é um método para tomar decisões	A democracia é um ideal da sociedade
Imagem da liberdade	Imagem negativa da liberdade (ênfase na separação de poderes e no direito de voto)	Imagem positiva (ênfase no autodesenvolvimento dos cidadãos)
Relação entre o Estado e a Sociedade	O Estado é uma instituição executiva e está acima dos cidadãos	Estado e sociedade estão intrinsecamente ligados
Papel do Governo	Executor das preferências dos cidadãos	Importância da interação e participação
Papel dos cidadãos	Papel passivo	Papel ativo
Aderentes	James Mill, Bentham, Schumpeter, Downs	Rousseau, Jefferson, John Stuart Mill, Habermas

Fonte: Klijn e Koppenjan, 2000:377.

3. Opinião Pública e Políticas Públicas: Uma Análise Prática

Definida a opinião pública como a atitude de um grupo de pessoas, relativamente a um assunto, divulgado e expandido pelos mass media, importa agora explicar de que forma e em que medida é que as opiniões públicas afetam e determinam as políticas públicas decididas pelos políticos. Em termos gerais, é aceite pelos cientistas políticos que a opinião pública influencia as políticas públicas; e de que é tanto mais determinante esta influência, quanto mais forte o grupo de interesses que suportam e defendem determinada solução para um problema público.

Paul Bernstein (2003: 29) estrutura, deste modo, as questões, usando dados disponíveis nos *USA*:

1. Qual a medida do impacto da opinião pública nas políticas públicas?
2. Em que medida é que o impacto da opinião pública aumenta com a importância do assunto?

3. Em que medida é que os grupos de interesses, movimentos sociais, partidos políticos e elites influenciam as políticas públicas?
4. Será que a responsabilidade do governo perante a opinião pública mudou ao longo do tempo?
5. Podem generalizar-se os resultados da investigação sobre o impacto da opinião pública sobre as políticas públicas?

Quanto à primeira questão, do ponto de vista teórico, a grande maioria dos cientistas políticos aceita como verdadeira esta proposição, mas há muitas políticas que, dada a sua complexidade, escapam ao controle da opinião pública. Do ponto de vista estatístico, esta relação é, porém, significativa.

Quanto à segunda questão, não só a importância do “issue” é um fator fundamental, como os grupos estão atentos ao comportamento dos políticos, podendo responsabilizá-los em atos eleitorais. Os resultados empíricos não são determinantes.

Saber qual o peso de cada um dos grupos políticos, organizações e elites é empiricamente difícil de determinar. Neste ponto, porém, existem muitos trabalhos que estudam o peso das elites na formação da opinião pública. A maior parte dos autores defende que desempenham um papel determinante na formação da opinião pública e dão como exemplos as políticas de imigração e energia (Druckman e outros, 2013).

Reportando-se ao processo de integração europeia, L. Hooghe (2003) defende a tese de que as elites são mais abertas e aceitam a limitação da soberania, em quanto os cidadãos são mais favoráveis às políticas sociais e não são entusiastas da integração.

O Brexit veio dar razão a esta tese. Em quanto a elite financeira de Londres apoiava entusiasticamente a integração europeia, os cidadãos ingleses entendiam que a saída da Inglaterra iria deter o fluxo de imigrantes e refugiados à procura de emprego. Estes eram vistos como parasitas e um fardo para o sistema de saúde inglês. Por outro lado, o cidadão médio inglês tinha saudades do império e via na EU um monstro que destruíra os países. Bastou aproveitar esta opinião pública para ganhar a saída (John Gillingham, 2017).

A quarta questão prende-se com o fato de a responsabilidade do governo perante a opinião pública ter mudado ao longo do tempo. É verdade que, em certos períodos, as decisões políticas tiveram menos impacto da opinião pública. Mas, é certo que ao longo do tempo tem havido um conjunto de medidas destinadas a aprofundar a relação opinião pública com as políticas públicas, tais como: a regulamentação das contribuições financeira para os candidatos, a nomeação dos candidatos através das primárias e a institucionalização do referendo.

É de sublinhar que os estudos empíricos não são concludentes.

Finalmente, pergunta-se: é possível generalizar? A resposta é que existem limitações. Em primeiro lugar, os estudos são geograficamente limitados. Bernstein (2003) elenca os trinta mais importantes trabalhos de investigação sobre a relação entre opinião pública e políticas públicas, sendo que vinte e oito versam sobre os USA e apenas em dois deles se analisa o que se passa na Europa.

Pelo que se justifica uma *sexta questão: como se explica a diferença de interesse desta análise entre os USA e a Europa*

Voltando à lista publicada por Bernstein, as políticas abarcam a defesa, a guerra do Vietnam, o tráfico de droga, pena de morte, meio ambiente, aborto e imigração.

4. Opinião Pública e Políticas Públicas: USA vs. Europa

Como vimos, a generalidade dos trabalhos científicos refere-se à realidade norte-americana. São poucos os artigos sobre os países europeus.

Cronin (1988) dá uma explicação para a importância da opinião pública na democracia americana. Segundo o autor, o americano médio rejeita a democracia direta, preferindo a opinião como forma de influenciar as políticas.

Referindo-se à Europa, Hobolt e Klemmensen (2005) acentuam a ideia corrente de que se conhece muito pouco sobre a relação entre a opinião pública e as políticas públicas. Usando dados da Inglaterra e da Dinamarca,

sublinham que o nexo de causalidade entre a opinião pública e as decisões dos políticos pode ser ilusória por duas razões: em primeiro lugar a opinião pública é largamente uma criação das elites; em segundo lugar, os políticos podem responder à opinião pública tão só porque estão convencidos que os resultados eleitorais irão depender da satisfação das preferências dos eleitores.

A segunda conclusão, em termos de política comparada, é de que é necessário distinguir entre sistema proporcional e da regra da maioria, sendo que a responsabilidade política é mais alta nos sistemas proporcionais do que em sistemas baseados na regra da maioria.

Isto faz-nos concluir que o que importa não é pôr em contraste o sistema americano com o europeu, mas examinar em que medida, os sistemas partidários, os modelos de democracia, e os sistemas eleitorais podem determinar o comportamento dos políticos relativamente aos eleitores (Lane e Ersson, 1999). Se essa ligação existe e perdura no tempo, podemos estar certos que a opinião pública afeta as políticas públicas; mas isso depende das instituições políticas. As diferenças entre os USA e a Europa manifestam diferentes posições.

Quadro n.º 2: Opinião Pública e Políticas Públicas: Estados Unidos vs. Europa

	Estados Unidos	Europa
Tipo de democracia	Modelo Madisoniano- Democracia Pluralista	Teoria Populista- Modelo de Westminster. Em alguns casos, na Europa (Holanda, Bélgica, Áustria) - modelo consensual
Sistema Eleitoral	Regra da Maioria	Representação Proporcional (vd. Método de Hondt)
Partidos e Sistemas Partidários	Sistema bipartidário	Sistema multipartidário
Sistema Político	Presidencialismo	Parlamentar, e em alguns países (Portugal, Áustria) semipresidencialista
Organização Política	Federal	Unitário com algumas exceções (Alemanha)

Fonte: Elaboração do autor

Peterson e outros (2010), usando dados da Dinamarca, defendem que os partidos políticos e as elites partidárias têm um papel fundamental na estruturação da opinião pública (Blondel e Müller-Rommel, 2009). Para

os autores, os cidadãos comuns não são capazes de formar uma opinião política consistente. Se existe clivagem partidária e os partidos estão polarizados ao longo de várias dimensões, não apenas de natureza económica, a opinião pública traduz-se em várias alternativas para resolver um dado problema político (Fig. nº 3).

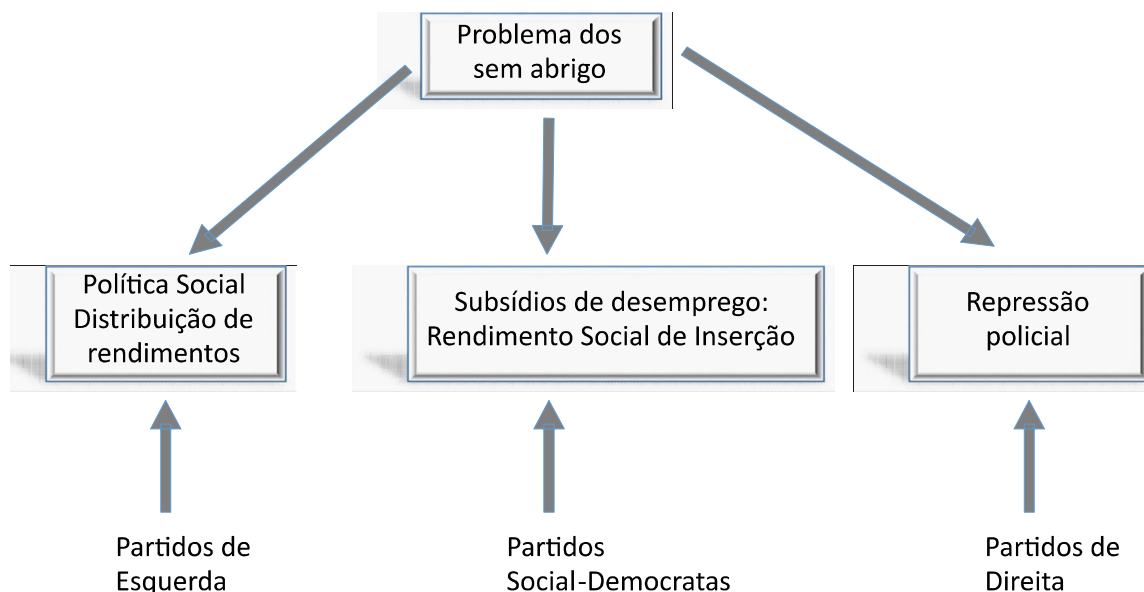


Fig. 3: Formação das Políticas Públicas em Sistemas Partidários Fragmentados

Fonte: Elaboração do Autor

John Bullock (2011), usando dados de origem americana, chega, empiricamente às mesmas conclusões, sublinhando que os cidadãos adotam, de forma mecânica, as posições dos líderes partidários, sobretudo, quando os partidos têm reputação de seriedade e existe competição entre eles. A tradição americana era de certa homogeneidade de políticas entre os dois partidos- democrata e republicano-, pelo que a agregação de interesses era transversal. Não atualmente, em que o Presidente em exercício promoveu uma fratura relativamente a vários assuntos, por exemplo quanto à imigração (Fig. 4).

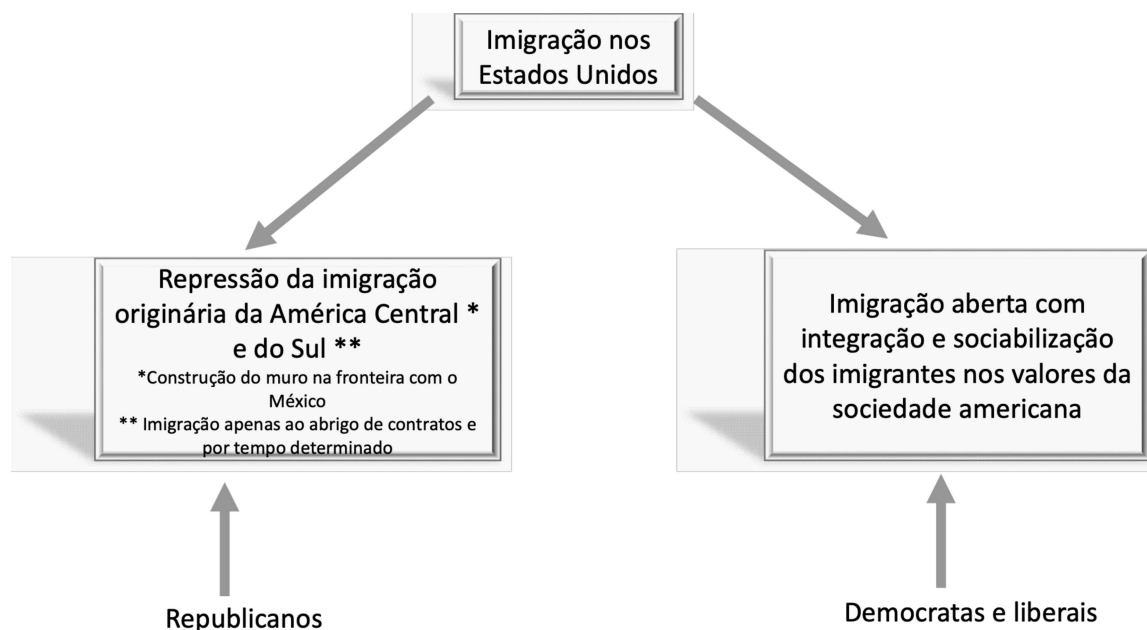


Fig. 4: Opinião Pública nos Estados Unidos Relativamente à Imigração

Fonte: Elaboração do Autor

Para que se possa falar em boa democracia, é necessário que haja correspondência entre as decisões dos governos e as preferências dos cidadãos (B. Ferland, 2020).

É certo que os eleitores estabelecem preferências em eleições; os votos são convertidos em lugares que permitem a formação do governo; finalmente, os governos tomam decisões em diferentes assuntos. Mas é suposto que as decisões do poder político sejam congruentes com as opiniões dos cidadãos. Esta congruência representa a parte final do processo democrático.

Na sequência de trabalho empírico efetuado, o autor conclui que o tipo de sistema eleitoral é determinante.

Com base numa análise comparativa, Wlezien e Soroka (2012) defendem que a relação entre opinião pública e políticas depende de algumas instituições, designadamente os sistemas eleitorais; depende também do federalismo e da relação entre o executivo e o legislativo. Segundo os autores, a divisão vertical de poderes, ou descentralização torna mais difícil para o público reagir às mudanças de políticas. Já a divisão horizontal de poderes, característica da democracia Madisoniana, torna o governo mais responsável.

5. Opinião Pública e Políticas Públicas: Referência a Portugal

Não existem trabalhos científicos sobre Portugal. Os artigos e dissertações de Mestrado que conhecemos respeitam a abordagens do ponto de vista da comunicação social (Ver, entre outros, C. Leston-Bandeira, 2003; Fábio Ribeiro, 2017; Pandora Penaforte, 2017).

O pensamento corrente é de que um governo, uma vez eleito indiretamente através do parlamento, implementa as políticas de decorrem do seu programa eleitoral. Pelo que os grupos de interesses, sobretudo se tomam a forma de lobbies, são vistos como laterais à democracia e, é suposto, não influenciam a tomada de decisão política. Se assim não for, fala-se em corrupção.

E, todavia, a opinião pública vai-se manifestando, mas os governos têm receio de afrontá-la (Veja-se o caso do aborto, eutanásia, descentralização, corrupção dos políticos). Ou, então, procuram diminuir o impacto, criando, em alternativa, opiniões contrárias, como foi o caso dos professores do ensino secundário, ou o dos camionistas de matérias perigosas. Por outro lado, o sistema político português é extremamente legalista, vendo na lei a única forma de formulação das políticas, sendo que esta é da responsabilidade de eleitos (juristas).

Finalmente, não conhecemos nenhum trabalho no âmbito da Administração Local (Rocha, 2012), sendo certo que alguns municípios recorrem ao referendo, como forma de conhecer a opinião pública dominante sobre determinado assunto.

6. Conclusão

Não é fácil tirar conclusões deste trabalho, sendo certo que uma visão correta da democracia não se esgota nos resultados eleitorais, tornando-se necessário que haja um nexo de causalidade constante entre a opinião pública dos cidadãos e a formulação das políticas públicas. A atenção à opinião dos cidadãos não se pode reduzir às sondagens e ao marketing eleitoral com vista a eleições futuras. O uso deste último processo, levado ao extremo, com recurso ao estudo prévio dos perfis dos eleitores pode ter consequências desastrosas para a democracia e desembocar no populismo.

Em relação a Portugal, é necessário investir em investigação e não ter uma posição paternalista sobre as preferências dos cidadãos.

7. Referências Bibliográficas

- Bardach, Eugene. 1977. *The Implementation Game*. Cambridge, Mass.: MIT.
- Bernstein, Paul. 2003. "The Impact of Public Opinion on Public Policy: a Review and an Agenda". *Political Research Quarterly*. Vol. 56, Nº 1: 29-40.
- Blondel, Jean and Ferdinand Müller-Rommel. 2009." Political Elites". In R. Dalton and Klingemann. *The Oxford Handbook of Political Behavior*: 818-833.
- Bullock, John. 2011. "Elite Influence on Public Opinion in an Informed Electorate". *The American Political Science Review*. Vol. 105, Nº 3: 496-515.
- Colebatch, H. K. "2005. "Policy Analysis, Policy Practice and Political Science". *Australian Journal of Public Administration*. 64 (3): 14-23.
- Cobb, Roger and Charles Elder. 1983. *Participation in American Politics: The Dynamics of Agenda-Building*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- Cronin, Thomas. 1988. "Opinion and Direct Democracy". *Political Science and Politics*. Vol21, Nº 3: 612-619.
- Daadler, Hans. 1977. "The Consociational Democracy Theme". *World Politics*. Vol. 24: 604-621.
- Dahl, R. A. 1961. *Who Governs? Democracy and Power in American City*. New Haven: Yale University Press.
- Downs, Anthony. 1957. *Economic Theory of Democracy*. New York: Harper and Row.
- Druckman, James and Others. 2013. "How Elite Partisan Polarization Affects Public Opinion Formation". *American Political Science Review*. Vol. 107 (Nº 1): 57-79.
- Ferland, Benjamin. 2020. "Electoral Systems and Policy Congruence". *Policy Studies* 1-22.
- Gillingham, John. 2017. *A Crise: Brexit*. Lisboa: Grupo Narrativa.
- Hall, Wendy and others. 2018. *From Brexit to Trump: Social Media, Role in Democracy*. Southampton: Southampton University Press.
- Hennessy, Richard. 1966. *Public Opinion*. Belmont, Cal.: Wardsword Publications, Company.
- Hooghe, Lisbet. 2003. "Europe Divided? Elites vs. Public Opinion on European Integration". *European Union Politics*. 4 (3). 281-304.
- Hobolt, Sara B. and Robert Klemmensen. 2005." Responsive Governance? Public Opinion and Government Policy. Preferences in Britain and Denmark". *Political Studies*. Vol 53: 379-402.

- Klijn, E. and Kloppejan. 2000. "Polititions and Interactive Decision Making. Institutional spoilsports or Policymakers. *Public Administration*. Vol. 78. Nº 2: 365-387.
- Knoepfel, Peter. 2018. *Public Policy Resources*. Bristol: Bristol University Press.
- Lane, Jan-Erik and Svante Ersson. 1999. *Politics and Society in Western Europe*. London: Sage Publications.
- Leston-Bandeira, Cristina. 2003. "O Parlamento e a Opinião Pública em Portugal: Argumentos para a Reforma". *Análise Social*. Vol. 38 (167): 467-462.
- Lijphart, A. 1999. *Patterns of Democracy. Government Forms and Performance in Thirty-six Countries*. New Haven: Yale University Press.
- McDonald, Susan. 2009. "Changing Climate, Changing Minds: Applying the literature in Media Effects, Public Opinion, and the Issue-Attention Cycle Increase Public Understanding of Climate Change". *IJSC* 4: 45-63.
- Meny, Yves. 1989. *Politiques Publiques*. Paris: PUF.
- Penaforte, Pandora. 2017. *Opiniões sem Rosto: Comentário Anónimo Construção da Opinião Pública*. ISCTE: Dissertação de Mestrado.
- Petersen, Karen. 2010. "Revisiting Downs' Issue-Attention Cycle: International Terrorism and the US Public Opinion". *Journal of Strategic Security*. 2 (Nº 4): 1-16.
- Peterson, Michael and others. 2010. "Political Parties and Value Consistency in Public Opinion Formation". *Public Opinion Quarterly*. Vol. 74, Nº 3: 530-550.
- Ribeiro, Fábio. 2017. *Opinião Pública nos Média em Portugal: Quem Participa e Porquê? Edição do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade*. Braga, Universidade do Minho.
- Rocha, J. A. Oliveira. 2012. *Governança Local e Gestão Autárquica*. Braga: Universidade do Minho.
- Rocha, J. A. Oliveira. 2010. *Gestão do Processo Político e Políticas Públicas*. Lisboa: Escolar Editora.
- Sabatier, Paul. 1999. *Theories of Policy Process*. Boulder, Col.: Westview Press.
- Truman, David. 1951. *The Governmental Process*. New York: Alfred Knopf, Inc.
- Wlezien and S. Soroka. "Political Institutions and the Opinion Policy Link". *West European Politics*. Vol. 35, Nº 6: 1407-1432.
- Yan, Stephen. 2018. "Social Media and Brexit: The Role of Social Media in the Outcome of UK· EU Referendum". Conference Paper.
- Zhang, Lifan and others 2018. "Cross-network and Dissemination Model of Public Opinion in Coupled Networks". *Information Sciences*: 240-252.